

A RETÓRICA GRAMATICAL NORMATIVA NOS JORNAIS DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX¹

Elton Gomes Pessoa²

RESUMO: Neste artigo, tomamos como objeto de estudo a exploração midiática que os jornais de três grandes capitais, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, fazem dos desvios gramaticais e ortográficos em textos das classes populares na primeira metade do século XX. A análise é resultado da coleta de diferentes gêneros textuais jornalísticos (notícias, colunas, carta do leitor etc.) encontrados em jornais do período que compreende a Primeira República (1889-1930) e o Estado Novo (1937-1946), período este caracterizado pelo purismo do idioma e pela ideologia nacional. Após empreendermos a análise do *corpus*, observamos que a denúncia pública dos desvios da norma era generalizada e contava com a vigilância exercida pelos jornais, pelas autoridades gramaticais e pelo Estado em relação às formas de expressão escrita menos valorizadas encontradas nos porta-textos, placas, anúncios, letreiros e demais expressões escritas fixadas em locais públicos (BLINKSTEIN, 1995, p.54 *apud* VALE, 1999, p. 8). Essa denúncia era embasada na concepção de língua homogênea da gramática tradicional e funcionava como força de coerção sobre as demais variedades linguísticas (GOMES, 2016, p. 20).

Palavras-chave: desvios ortográficos; variação linguística; idioma nacional; placas; jornalismo sensacionalista.

RESUMEN: En este artículo, tomamos como objeto de estudio la exploración mediática que los periódicos de tres grandes capitales, São Paulo, Río de Janeiro y Recife, hacen de las desviaciones gramaticales y ortográficas en textos de las clases populares en la primera mitad del siglo XX. El análisis es el resultado de la recopilación de diferentes géneros textuales periodísticos (noticias, columnas, carta del lector, etc.) encontrados en periódicos del período que comprende la Primera República (1889-1930) y el Estado Nuevo (1937-1945), período caracterizado por la pureza de la lengua y la ideología nacional. Después de realizar el análisis del *corpus*, observamos que la denuncia pública de las desviaciones de la norma fue generalizada y se apoyó en la vigilancia ejercida por los periódicos, las autoridades gramaticales y el Estado en relación a las formas de expresión escrita menos valoradas que se encuentran en los "porta-textos", rótulos, anuncios, letreros y otras expresiones escritas fijadas en lugares públicos (BLINKSTEIN, 1995, p.54 *apud* VALE, 1999, p. 8). Esta denuncia se basó en la concepción lingüística homogénea de la gramática tradicional y funcionó como una fuerza de coerción sobre otras variedades lingüísticas (GOMES, 2016, p. 20).

Palabras clave: desviaciones ortográficas; variaciones lingüísticas; idioma nacional; rótulos; periodismo sensacionalista.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A virada do século XIX para o século XX foi marcada pelo intenso debate em torno da formação da identidade nacional. Esse debate se refletiu na questão da língua como

¹Trabalho apresentado ao final da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ministrada pelos professores Dra. Valéria Severina Gomes e Dr. Inaldo Firmino Soares, como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em Letras português e espanhol pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), sob orientação da Profa. Dra. Valéria Severina Gomes. Julho/2021. 1.

² Graduando do curso de Licenciatura em Letras português e espanhol pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: elton.pessoa@ufrpe.br.

elemento de coesão nacional tendo em vista que o português era a língua comum em todo território, não obstante as peculiaridades regionais.

Nesta ocasião, a língua portuguesa da tradição clássica ganha *status* de língua pátria, e o recém-formado Estado republicano vai se transformar no seu principal fiador, promovendo e fazendo a defesa do idioma nacional. Nessa conjuntura, do início da Primeira República, de 1889 a 1930, até o Estado Novo (1937-1945), o Brasil viveria o ápice do purismo linguístico e as suas consequências em termos práticos, como a tentativa de abolir as variações dialetais em prol de uma única variedade padrão sob o pretexto da unificação nacional (MANOLIO, 2018, p. 76).

A língua pátria, nesse sentido, era a língua das elites dirigentes e a língua oficial dos dominantes, cabendo ao Estado exercer um certo tipo de controle normatizador sobre ela (HOBSBAWN, 2004, p. 77 *apud* VILELA-ARDENGHI, 2007, p.49). Parte desse controle vai ser realizado pelos jornais, que vão supervalorizar a linguagem tida como padrão ideal e estigmatizar os demais usos linguísticos com base em critérios elitistas.

Nessa *cruzada saneadora* da língua, jornais, homens de letras e o Estado somam esforços em prol da língua padrão e contra as variações dialetais usadas pelos grupos sociais desprestigiados, com os jornais funcionando como o principal meio de divulgação e de veiculação de uma "metalinguagem preconceituosa" e intolerante que tem origem em preconceitos de diferentes ordens, como social, político, religioso e racial (MARCONDES, 2008, p. 125).

Nesse contexto, o presente artigo tem como **objetivo geral** analisar a retórica gramatical normativa nos jornais de três grandes cidades do Brasil, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Para tanto, o trabalho tem como **objetivos específicos**: 1. apontar a cobertura noticiosa promovida a respeito dos desvios da norma-padrão da língua nos principais portatextos, placas, tabuletas, nomes de ruas, anúncios, letreiros etc., espalhados nessas cidades; 2. identificar as concepções linguísticas nos discursos das autoridades gramaticais veiculados nesses jornais; e 3. destacar a contribuição deles em favor do aparelho de coerção do Estado no combate às variações linguísticas e na defesa da "pureza" do "idioma nacional".

Consideravelmente, justificamos a escolha do tema pela importância que a cobertura midiática desperta em nosso meio. Em se tratando de língua, essa cobertura, por vezes, é ruidosa e condenatória dos usos linguísticos não prestigiados pela cultura letrada e pelo prescritivismo gramatical, o que reforça antigos preconceitos linguísticos em relação às demais variedades linguísticas. A partir desse interesse, voltamos um pouco no tempo para

ver como essa cobertura midiática dos desvios da língua padrão era feita em diferentes momentos na primeira metade do século XX.

Tivemos contato com as contribuições de Vale (1999), que aborda o tema das características da escrita popular em placas e letreiros, e de Góes (2013), que discorre sobre a história do jornalismo sensacionalista, assim como outros trabalhos que problematizam a questão da atitude linguística da imprensa em relação às variações linguísticas, mas sentíamos a necessidade de uma pesquisa que fizesse a interseção entre cobertura midiática sensacionalista e tratamento da variação linguística nos jornais impressos dentro desse recorte histórico.

A pesquisa servirá para ajudar aqueles interessados em compreender o papel dos setores da imprensa, não apenas dos jornais impressos, na veiculação da ideologia da gramática tradicional, como também proporcionará um entendimento de como foram construídos e reproduzidos, ao longo de décadas, os preconceitos linguísticos e as visões anticientíficas e arcaicas a respeito do que se convencionou chamar "bom e correto" uso da língua e que ainda são externalizados nas coberturas midiáticas quando veículos de imprensa assumem atitudes puristas e preconceituosas em relação ao ensino da variedade linguística, como a última que ocorreu em 2011 em torno da publicação do livro *Por uma vida melhor*.

Neste trabalho, realizamos uma pesquisa documental, tendo em vista que ela nos possibilita se valer de documentos que constituem fonte rica e estável de dados para a pesquisa de natureza histórica, como a que propomos aqui, como também a pesquisa bibliográfica, trabalhando a partir da contribuição de diversos autores que nos proporcionaram um suporte teórico satisfatório para explicar o problema objeto de investigação desta pesquisa. (GIL, 2002, p. 44-46). Além disso, é uma pesquisa de natureza qualitativa porque se ocupa de um nível de realidade que não pode ser quantificado, isto é,

[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2009, p. 21).

Como critério para constituição do *corpus* da pesquisa, escolhemos trabalhar somente com textos jornalísticos publicados em dez jornais que circulavam na primeira metade do século XX em três capitais brasileiras, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro.

Ao todo, o *corpus* da pesquisa foi constituído por 31 textos jornalísticos, compostos, na sua maioria, por notícias, notas, reportagens, editoriais, colunas e cartas de leitores, distribuídos da seguinte maneira: 12 textos de quatro jornais de circulação em São

Paulo (*A Gazeta*, *O Estado de São Paulo*, *Correio Paulistano* e *Correio Paulista*); 13 textos de dois jornais de Recife (*Jornal Pequeno* e *Diário de Pernambuco*); e 6 textos de quatro jornais do Rio de Janeiro (*O Jornal*, *A Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*). O acesso aos jornais se deu a partir da plataforma da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Esta análise se inscreve no campo da Sociolinguística, a partir das contribuições de Bagno (2001; 2005), Gomes (2016), Possenti (1996), Coelho (2012), Ferreira (2009) e Vale (1999), e estabelece um diálogo com outras áreas do conhecimento, como História da Educação e História das Disciplinas Escolares (CARLOS, 2019; SOARES, 1996), História das Ideias Linguísticas (ARRUDA, 2010; BORTONI-RICARDO e SILVA, 2008), Teoria da Comunicação e Teoria dos Gêneros (GOMES, 2007; GÓES, 2013; STRIQUER e SOUZA, 2020), Teoria da Enunciação (MARCONDES, 2008) e Análise do Discurso de linha francesa (VILELA-ARDENGI, 2007).

O artigo está organizado em sete seções: na primeira, uma breve exposição da pesquisa; na segunda, discutimos o estilo espetaculoso da denúncia dos desvios gramaticais na cobertura dos jornais; na terceira, abordamos a percepção fiscalizadora do público leitor diante dos desvios ortográficos a partir das cartas dos leitores publicadas pelos jornais; na quarta seção, destacamos, a partir das contribuições de Possenti (1996), Vale (1999) e Azeredo (2005), a importância de considerar o que se chama de "erro" nos textos dos grupos menos letrados como hipóteses sobre a escrita pertencentes à estrutura da língua; na quinta, discutimos a contribuição das autoridades gramaticais e dos *homens de letras* para a denúncia dos desvios gramaticais e para a preservação da *pureza da língua*; na sexta, apresentamos as concepções de língua e de ensino veiculadas pelas autoridades do idioma nos jornais; e, por fim, na última seção, apresentamos algumas considerações finais apontando as principais conclusões da pesquisa.

2. O ESTILO SENSACIONALISTA E FOLHETINESCO DA DENÚNCIA DOS DESVIOS GRAMATICAIS

Em 17 de março de 1927, o jornal *A Gazeta*, um dos mais importantes de São Paulo, estampava em letras garrafais a manchete "A psicologia dos cartazes em S. Paulo"³ e, logo abaixo do título, em tom jocoso, afirmava que *As taboletas e cartazes da cidade estão*

³Ao longo deste trabalho, nas transcrições integrais ou de trechos extraídos dos jornais, optamos por manter a ortografia original de cada época (inclusive com erros tipográficos ou de outra natureza) e os destaques (negrito, itálico etc.) contidos nos textos.

formando uma nova língua, espécie de esperanto porque é baseada em todos os idiomas [...].

O espaço destinado a denunciar os desvios ortográficos espalhados pela cidade, em placas, cartazes e anúncios era generalizado e recorrente nos principais jornais do país, comumente ganhando destaque suficiente para se sobrepôr a outros acontecimentos.

Vale (1999), analisando os desvios linguísticos revelados por meio dos porta-textos⁴, conceito trabalhado por Blikstein (1995 *apud* VALE, 1999), afirma que os desvios ortográficos são comuns e mantêm semelhanças em todo o Brasil. Na realidade, segundo a autora, esses textos, uma vez expostos em via pública, possuem grande apelo visual e poder comunicativo de forma instantânea, além de evidenciarem o uso real da língua, posto em prática pelos falantes mais ou menos letrados. Dessa forma, qualquer mudança que venha ocorrer na língua provocada por tais desvios, ocorrerá em todo o País (BLIKSTEIN, 1995, p. 54 *apud* VALE, 1999, p. 04-05).

Dessa feita, o medo de que os desvios ortográficos deturpassem o idioma pátrio, dando origem a uma desordem babélica, era recorrente e generalizado nas páginas dos principais jornais do País, em destaque aqui os jornais de Recife, São Paulo e Rio de Janeiro. Discorrendo sobre a tradição retórica nos editoriais jornalísticos, Gomes (2007) afirma que, num país de maioria analfabeta, era comum os jornais abusarem de uma oratória eloquente e assumirem os papéis de propagadores do saber (GOMES, 2007, p.23). Como consequência disso, os jornais também assumiam um papel fiscalizador dos hábitos, da sociedade e também do conhecimento, de forma muitas vezes agressiva, visto que

[...] não raro, na imprensa a argumentação se descaracteriza quando declina para o insulto, o xingamento, a ironia, o sarcasmo (argumento *ad hominem*), ou para exposição ao ridículo, a execração pública (argumento *ad populum*), em vez de se legitimar de forma construtiva, cooperativa e útil (GOMES, 2007, p. 63).

Um exemplo do que falamos pode ser encontrado em uma nota do *Jornal Pequeno*, de Recife, em 03 de fevereiro de 1922, cujo título era “Um aviso *aus amavei freguez*”, em que o jornal ridiculariza um cartaz afixado na casa de um sapateiro na rua Benfica, no bairro da Madalena, cidade do Recife, comprovando que nem mesmo o mais

⁴**Porta-textos** ou veículo é o "elemento de natureza física utilizado para conduzir uma mensagem até o destinatário", que, uma vez afixado em local visível e de fácil acesso ao público, é grande detentor de poder de comunicação, apelo visual e leitura instantânea, influenciando o maior número de pessoas possível. São exemplos de porta-textos placas, tabuletas, letreiros luminosos, painéis, faixas, paredes, muros, anúncios etc. BLINKSTEIN, 1995, p. 54 *apud* VALE, 1999, p. 07-27).

simples anúncio escapava do constante escrutínio gramatical dos jornais. Conforme lemos abaixo:

Ex. 1: Mudando-se, o seu ilustre proprietário collocou num papelão, em letras garrafaes, o seguinte – *Aviso aus amável Freguez qui mudamo o Negóço para Juntinho de N...* E ahi está o aviso que a conceituada casa de sapateiros da Magdalena foi transferida para outra casa. Como esse, muitos outros, ahi pela cidade, atentante contra os mais comesinhos principios de grammatica, orthographia e tudo mais.

Gomes (2007) afirma que a contundência dos textos era uma marca linguística dos jornais dessa época e, como exemplo, destaca a presença de adjetivação excessiva, da modalização e do uso constante da primeira pessoa do plural como elementos que evidenciam o ponto de vista discursivo assumido pelos jornais (GOMES, 2007, p. 159). Exemplo disso podemos identificar na manchete do jornal *A Gazeta*, de São Paulo, em 13 de março de 1925, com o título "Nada escapa á furia destruidora".

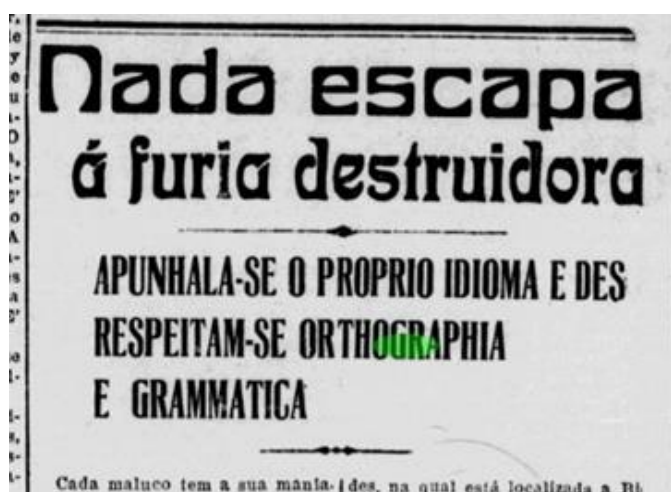


Fig. 1 - *A Gazeta*, 13 mar. 1925: **Nada escapa á furia destruidora**. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=763900&pesq=orthographia%20%20letreros&pagfis=20545>. Acesso em: 20 de março 2021.

A contundência do texto, uma marca dos jornais do século XIX, como bem salienta Gomes (2007, p. 162), parece ter sido, a nosso ver, mantida nos grandes jornais da primeira metade do século XX, evidenciando uma certa tendência político-panfletária desses jornais em assuntos dos mais diversos, sobretudo em temas pertinentes ao debate linguístico. Vale salientar que a primeira metade do século XX ainda é marcada pelos intensos debates e polêmicas sobre a língua nacional brasileira, e os jornais eram os principais veículos de divulgação dos textos a favor e contra a conservação linguística (MARCONDES, 2008, p.11).

Góes (2013) acrescenta ainda um outro elemento importante ao tratar da história do jornalismo sensacionalista: a opção pelo extravagante e pelo sensacionalismo era uma

estratégia para garantir a atração do público leitor e enfrentar a concorrência (GÓES, 2013, p.03-04). Segundo Angrimani (1995 *apud* TEIXEIRA, 2011), o sensacionalismo é a extrapolação do real, é a tentativa de *sensacionalizar* aquilo que não é necessariamente sensacional, que não tem relação com qualquer fato e a “notícia” é elaborada como mero exercício ficcional (ANGRIMANI, 1995, p.16 *apud* TEIXEIRA, 2011, p.19).

Nesse sentido, nas manchetes sensacionalistas dos jornais, os desvios ortográficos que viram "notícia" também são tratados numa linguagem fortemente emotiva, ficcional e rotuladora. Na manchete "Um projeto indesejável", do jornal *O Estado de São Paulo*, de 19 de dezembro de 1928, o periódico paulistano emprega o uso excessivo da adjetivação ao tratar da votação de um projeto de lei na Câmara de Vereadores da cidade de Campinas. O projeto em discussão autorizaria um empresário a colocar reclames e anúncios em postes e bondes elétricos da cidade.

No texto, o jornal se posicionava contra a *nocividade de tal projeto* e apelava aos vereadores para que reagissem ao que via como *invasão dos annuncios nas praças publicas, pelo terrivel e mau gosto de suas pinturas, pelas cores berrantes de suas tintas e até pelos seus arrepiantes erros de orthographia*. A respeito disso, Gomes (2007) chama a atenção para o fato de que o elevado emprego dos adjetivos nos jornais chegava ao ponto de tornar a publicação uma sequência de insultos e ofensas (GOMES, 2007, p. 162). Em se tratando de desvios linguísticos, mormente os insultos eram dirigidos às classes menos letradas, e os alvos preferenciais eram desde donos de casas de comércio popular até vendedores de refresco, como se pode ver nesse fragmento de uma notícia do *Diario de Pernambuco* de 1º de abril de 1922:

Ex. 2: São muitos vulgares entre nós os annuncios de syntaxe claudicante e orthographia manca. Subindo, muitas vezes, dos cartazes de pastoril aos reclamos do alto commercio, valem esses *descuidos* por um atestado muito lamentavel do gráo de instrucção do nosso povo.

Nessa mesma notícia, o *Diario de Pernambuco* dá como exemplo de *syntaxe claudicante*, em tom de deboche e de ironia, o letreiro da barraca de um vendedor de refresco, que, segundo o jornal, *afim de provar as excellencias do seu producto para combater o calor [...] escreveu na fachada da barraca: Combateucallor!*. O que o jornal tratava como problema de *syntaxe* não passava de um problema de *juntura vocabular*, perfeitamente explicável pela interferência da oralidade na escrita de pessoas em processo de aquisição da escrita, o que levou o vendedor de refresco a escrever "Combate o calor" tudo junto (CAGLIAIRI, 2006, *apud* COELHO, 2012, p. 03).

Conforme Angrimani (1995 *apud* TEIXEIRA, 2011), a linguagem sensacionalista dos jornais obriga os leitores a se envolverem emocionalmente com o que o que é noticiado. Em uma nota divulgada pelo *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em 12 de setembro de 1945, com a chamada "Atentados contra a linguagem", o jornal carioca recorre ao envolvimento emocional dos leitores ao denunciar um erro de concordância verbal em uma faixa estendida no Largo do Estácio que saudava os primeiros pracinhas da Força Expedicionária Brasileira.

Apelando ao sentimento patriótico do momento, o jornal afirmava, referindo-se à faixa, que *Aquela coisa afinal choca porque se trata de uma homenagem de elevada expressão, que não merecia ser prestada assim em cassange*⁵. Isto posto, cumpre salientar que o viés sensacionalista e espetaculosos dos desvios gramaticais por parte dos jornais não sofreu grandes mudanças ao longo da primeira metade do século XX, o que se pode constatar pela recorrência do uso de linguagens que conotam apelo, exagero e emoção, com o intuito de envolver o leitor (TEIXEIRA, 2011, p. 57) em torno da defesa de um modelo de língua ideal e na tentativa de obscurecer o surgimento de novas variações ortográficas no registro escrito dos usuários menos letrados da língua (VALE, 1999, p. 04).

3. A PERCEPÇÃO FISCALIZADORA DO PÚBLICO LEITOR DIANTE DOS DESVIOS ORTOGRÁFICOS

Vale (1999) defende que o ideal de democratização da leitura e da escrita sempre foi um privilégio de alguns poucos letrados. Em se tratando da primeira metade do século XX, contexto em que o analfabetismo ainda configurava como uma realidade monstruosa, era comum a elite letrada e predominantemente urbana, principal consumidora dos impressos, colocar-se de forma arrogante e com espírito de superioridade, utilizando-se da escrita como instrumento de opressão e de poder sobre a imensa camada da população menos escolarizada (VALE, 1999, p. 22).

Consequentemente, a elite letrada acreditava fortemente na crença da importância da escrita a ponto de dedicar atenção especial à questão ortográfica e de se escandalizar com o menor desvio ortográfico que fosse. Frequentemente, os leitores enviavam cartas às redações

⁵**Cassange.** Língua crioula de base portuguesa, falada pelos caçanjes, na Angola, de onde vieram muitos escravos que chegaram ao Brasil. Como eram acusados de "estropiar" o português, "passou-se a usar o termo cassange para denominar o português mal falado ou mal escrito" (VIEIRA, 2012, p. 60).

dos jornais reclamando de desvios ortográficos, erros de concordância ou de sintaxe que encontravam nos jornais ou espalhados pela cidade em placas, anúncios e nos nomes de ruas. O menor deslize ortográfico era visto como uma ameaça não somente ao idioma pátrio como também ao bem-estar da sociedade (OLSON, 1997, p. 22-23 *apud* VALE, 1999, p. 23).

Segundo Maldonado *et al* (2018), a carta do leitor está atrelada a diversos propósitos, entre os quais o de sugerir, criticar, comentar e solicitar. É o ponto de interação do leitor com os meios de comunicação, visto que ela se constitui como um meio pelo qual o leitor se coloca de forma crítica sobre os assuntos em pauta nos jornais e nas revistas (MALDONADO *et al*, 2018, p. 297).

Todavia, cumpre lembrarmos que essa interação público leitor e jornal ainda era muito restrita às pessoas de elevada formação cultural, que gozavam de recursos econômicos e, por conseguinte, do acesso aos jornais. É um equívoco supor que os jornais nesse período funcionassem como uma ponte para os cidadãos comuns, pois poucos sabiam ler ou tinham acesso a jornais (GOMES, 2007, p. 98).

No jornal *O Estado de São Paulo*, de 10 de março de 1935, a coluna "Coisas da cidade" publicava a carta de um leitor que se dirige ao redator do jornal pedindo para que providências fossem tomadas por parte do prefeito a fim de resolver o problema da nomenclatura das ruas da cidade, repleta de *placas erradas, e outras poucas claras ou mal redigidas*. Dando como exemplo de *pouca firmeza do redator* dessas placas, o leitor chama a atenção para o fato de a grafia do nome Benjamin, na rua Benjamin Constant, ter sido escrita com "m" e não com "n", o que segundo ele seria o resultado da *falta de civismo* dos proprietários de terrenos da cidade que dão os próprios nomes às ruas abertas em suas propriedades.

Da mesma forma, em carta publicada na coluna "Coisas da cidade", no *Jornal do Brasil*, em 30 de outubro de 1942, uma entidade de classe se dirige ao redator do jornal se queixando dos ensinamentos *perniciosos e desalfabetizantes* dos anúncios e letreiros *atentatórios à gramática, ao bom senso e à estética*. O autor da carta encerra o texto afirmando que o redator do jornal prestaria um *inestimável serviço* se publicasse um *alarme contra todas essas coisas*, evidenciando, neste momento, que, na condição de defensores do idioma, tanto a entidade que assina a carta quanto o redator compartilham da mesma iniciativa purista.

Sobre isso, Striquer e Souza (2020), com base nos estudos de Trouche (2010), argumentam que a carta do leitor faz parte de um universo jornalístico opinativo, visto que “o discurso da carta do leitor constrói a expectativa de que o público compartilhe com o locutor

um conjunto de valores, de crenças e de evidências socialmente valorizadas” (TROUCHE, 2010, p. 698 *apud* STRIQUER e SOUZA, 2020, p.71).

Esses valores e essas crenças compartilhados entre leitores e jornais eram comuns em se tratando de purismo linguístico. Não raro, leitor e jornal compartilhavam da ideia de preservação de *pureza da linguagem* contra a *corrupção* do idioma pátrio perpetrado pelo povo, tomando como parâmetro o uso linguístico dos escritores lusitanos, lidos pelas elites conservadoras brasileiras e considerados por elas índice aferidor de superioridade cultural (FARACO, 2008, p. 109-111 *apud* BUZEN e MEDEIROS, 2016, p. 136).

Em uma carta publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, no dia 23 de abril de 1916, na seção “Queixas e Reclamações”, um leitor que se dizia *assíduo frequentador* dos cinematógrafos da capital paulista apela ao redator do jornal providências contra o que ele chama de *inepcia dos tradutores, e desleixo das empresas que devem zelar pelo idioma patrio*, os erros de ortografia e de sintaxe dos anúncios de filmes. Na opinião do leitor, os desvios ortográficos seriam um problema recorrente nos cinematógrafos e nos teatros em razão de os proprietários desses estabelecimentos serem, na sua maioria, *estrangeiros que, ou por ignorantes, ou por não dedicarem á nossa lingua tão pouca importancia, exhibem os dizeres numa horripilante mistura*, referindo-se, neste caso, aos estrangeirismos linguísticos provenientes da penetração de palavras estrangeiras por meio das produções do cinema estrangeiro.

Nem mesmo os próprios jornais escapavam do olhar escrutinador dos seus leitores mais puristas e intransigentes, que saíam à cata de desvios de ortografia ou de sintaxe dentro dos jornais para depois escrever ao editor condenando tais *abusos* perpetrados contra a língua. Na seção "Notas", na primeira página do jornal *Diario de Pernambuco*, de 20 de maio de 1905, o editor do jornal agradece em tom irônico as observações feitas por um leitor que se dirigiu ao jornal usando um pseudônimo, mas que o redator identifica como sendo Candido Duarte, diretor do Instituto Pernambucano, que *acusava* o redator de ter usado erradamente os infinitivos de alguns verbos em um dos seus editoriais.

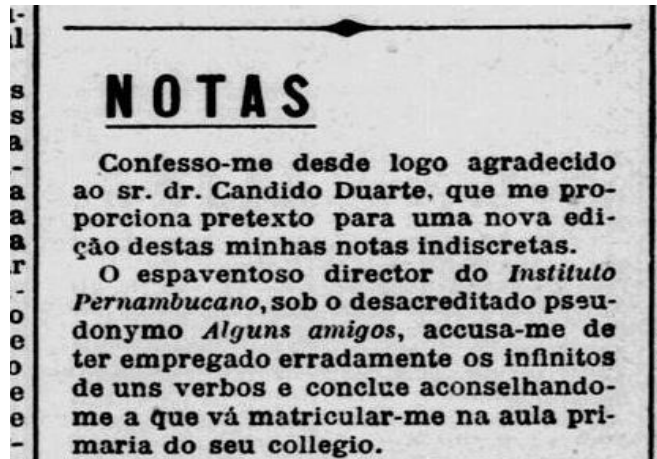


Fig. 2 -*Diário de Pernambuco*, 20 mai. 1905: **Notas**. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível

em:http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_08&pasta=ano%20190&pesq=Candido%20Duarte%20myopia%20intelectual&pagfis=12762. Acesso em: 15 de março 2021.

O redator se justifica alegando que os erros escaparam à revisão da redação do *Diário* e acusa o ilustre professor de *gramatiquice* e de *myopia intelectual*, afirmando que havia sido, na academia, discípulo de Tobias Barreto, de José Hygino e de *outros mestres de profundo saber*, razão pela qual dispensaria as aulas de gramática do leitor caturra.

A respeito disso, Gomes (2007) afirma que o gênero textual jornalístico editorial é um exemplo de texto formal que tem como leitores imediatos integrantes da elite letrada. Razão pela qual muitos editorialistas abusavam das demonstrações de erudição, das citações em latim e dos argumentos de autoridade (GOMES, 2007, p. 165). Em contrapartida, era comum que os leitores exercessem maior monitoramento linguístico e estilístico sobre tais tipos de texto.

4. OS DESVIOS DA ORTOGRAFIA OFICIAL: “ERROS DE PORTUGUÊS” OU HIPÓTESES SIGNIFICATIVAS?

Na tarefa de "zelar" pelo idioma, os jornais exerciam um verdadeiro poder fiscalizador sobre as práticas sociais de uso da língua, em especial dos grupos pouco escolarizados, pertencentes às camadas populares. Todo o debate sobre a língua gerava em torno do *certo/errado* e os jornais demonstravam uma verdadeira obsessão social pelo erro da palavra, fosse ele fonético, no caso da fala; fosse ele ortográfico, no caso das manifestações da escrita na sociedade (MORAES, 1992, p. 16-17 *apud* VALE, 1999, p. 24).

Exemplo disso encontramos no *Correio Paulistano*, de 9 de junho de 1936, na coluna "Notas e Commentarios", em uma nota com o título "Um serviço para o Departamento

de Cultura", na qual o jornal elenca uma série de *impropriedades gramaticais* de anúncios e reclames espalhados pela cidade e cita como exemplo um anúncio destinado às crianças no qual o autor grafou "xocolate" em vez de "chocolate", o que o jornal considerava uma demonstração de *assassinato da gramática*, além de configurar um *péssimo exemplo* para as crianças.

O que o jornal paulista enxergava como um assassinato da gramática não passava de uma variação ortográfica, resultado do desconhecimento de algumas regras ortográficas, que, por sua vez, estava no âmbito da ruptura da norma, e não da ruptura do código (LOPES, 2007, p. 70 *apud* SENE, 2018, p. 34). Neste sentido, ao optar por "xocolate" em vez de "chocolate", o autor do anúncio demonstra o que Possenti (1996) afirma ser uma dificuldade de escolha entre *X* e *CH* por causa da falta de correspondência exata entre sons e letras no sistema ortográfico vigente. Em resumo, tanto *CH* quanto *X*, nessa palavra, são grafias teoricamente possíveis para a representação do mesmo som (POSSENTI, 1996, p. 80-81).

Em outro caso parecido, em tom não menos grave e dramático, o periódico carioca *O Jornal*, de 29 de agosto de 1919, em matéria intitulada "Os letreiros nacionaes", destacava a *balbúrdia* dos letreiros da capital afirmando que eram *erros de concordancia e de orthographia, erros na divisão das palavras [...] e, até, o que é mais, defeitos na propria graphia das letras*, referindo-se, neste último exemplo, ao caso da letra espelhada, em que um *S* escrito de forma invertida, *como se fosse um Z*, ilustraria o verdadeiro *atestado de analfabetismo* do povo e, em especial, dos pintores-letristas.

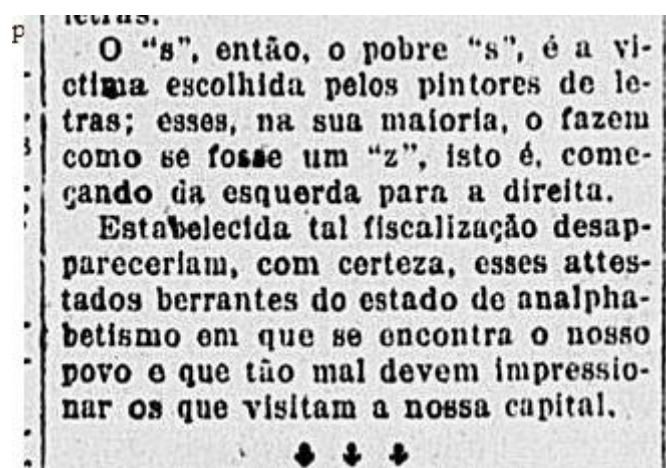


Fig. 3 - *O Jornal*, 29 ago. 1919: Os letreiros nacionaes. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=110523_01&pasta=ano%20191&pesq=erros%20de%20concordancia&pagfis=758. Acesso em: 14 de março 2021.

Mazarin (2014), com base em Casal (2013), afirma que a escrita espelhada é um tipo de erro visual-espacial que se deve à semelhança das grafias que criam uma dificuldade de diferenciação em sua posição espacial (CASAL, 2013, p. 43 *apud* MAZARIN, 2014, p. 18). Neste sentido, o que o jornal trata como um *estado de analfabetismo* dos pintores-letristas não passa de um intercâmbio de letras, um problema na construção da palavra, visto que, nesse caso, o usuário da língua tem conhecimento de qual é a letra que forma a palavra, mas não a escreve de forma correta no momento da escrita.

A esse respeito, Vale (1999), a partir dos estudos de Carraher (1985), defende que os desvios linguísticos são uma realidade em todas as línguas (ou idiomas) e refletem um sujeito que pensa e gera hipóteses. (CARRAHER, 1985, *apud* VALE, 1999, p. 03). Indo mais além, nos filiamos ao pensamento esboçado por Borges (2011), a partir das contribuições de Chomsky (1980), segundo o qual a competência gramatical é uma predisposição inata dos falantes para o desenvolvimento/aquisição da língua com a qual se tem contato na infância (CHOMSKY, 1980, p. 50 *apud* BORGES, 2011, p. 02).

O oposto dessa competência gramatical inata e interna, segundo Vale (1999), é a ortografia, um sistema externo ao homem, do qual ele precisa se apropriar por meio da experiência escolar a fim de memorizar e usar conscientemente sem transgredir nenhuma das regras (VALE, 1999, p. 109). Exemplos como esses apresentados até aqui, recolhidos dos jornais, por exemplo, evidenciam uma questão de insegurança linguística por parte desses usuários da língua que não possuem o domínio do sistema ortográfico, por razões já conhecidas. Como bem salienta Vale (1999), com base em Bortoni (1989),

[...]a questão da insegurança linguística está ligada às pressões linguísticas", principalmente no caso das classes menos favorecidas da nossa sociedade, contexto no qual os indivíduos usam uma linguagem desprestigiada e, conseqüentemente, a insegurança vivenciada a nível social reflete na linguagem oral e agrava-se ainda mais na escrita (BORTONI, 1989, *apud* VALE, 1999, p. 23).

Em "A psicologia dos cartazes em São Paulo", uma reportagem que ocupa a metade de uma página, o jornal *A Gazeta*, de São Paulo, de 17 de março de 1927, elenca alguns *erros contra o idioma*, afirmando que quase todas as tabuletas da cidade *exibem sem vergonha alguma: "vende-se casas", "compra-se moveis"*. Na mesma reportagem, o jornal afirmava que *antes de B, P ou M é raro o pintor que coloca um M*, afirmando que quando isso ocorre *é um milagre de assustar*.

No primeiro exemplo, a respeito das formas "vende-se casas" e "compra-se moveis", defendemos que é perfeitamente compreensível a ocorrência, dado que esse tipo de

construção, embora condenada pela gramática tradicional, pode muito bem representar uma variante aceitável da língua. Uma estrutura mais antiga, preconizada pela gramática tradicional, considera esse "se" elemento passivador e, por sua vez, exige o verbo no plural, concordando com o sujeito (*vendem-se casas; compram-se móveis*); outra, mais moderna, considera esse "se" índice de indeterminação do sujeito e pede o verbo no singular (*vende-se casas, compra-se móveis*), em que os sujeitos passam a objetos e não necessitam mais de concordar com os verbos (BECHARA, 2009, p.563 *apud* BESSA, 2016, p. 24).

São exemplos como estes que nos levam a reafirmar que os usuários da língua não são robôs, antes agem de forma deliberada e criativa sobre a língua, "são capazes de criar tanto quanto copiar, tanto que aproveitam o conhecido e sabido, quanto inovam, alteram e inventam" (AZEREDO, 2005, p. 33).

Como bem afirma Possenti (1996), a noção de erro é decorrente da gramática normativa, que não considera o que foge à variedade eleita como exemplo de correção e de boa linguagem; saber a língua é saber como a língua funciona e ter à disposição um conjunto articulado de hipóteses sobre as regras que a língua segue a fim de incorporá-las e manipulá-las (POSSENTI, 1996, p. 80). Nessa formulação de hipóteses linguísticas, os falantes fazem diversas tentativas de uso da língua que não dependem do aval da comunidade de fala, mas que também não surgem do nada; são construções com base em experiências linguísticas anteriores, em analogias e em intuições (BAGNO, 2005, p. 65).

5. OS DEFENSORES DA INTEGRIDADE DA LÍNGUA: GRAMÁTICOS, FILÓLOGOS E HOMENS DE LETRAS E DE IMPRENSA

O Brasil da primeira metade do século XX era marcado pelo alto índice de analfabetismo e, por conseguinte, pela inexistente disseminação da cultura letrada, restrita às poucas elites urbanas. Por assim ser, o domínio e o uso da língua padrão sempre esteve associado aos grupos socioeconomicamente favorecidos, que dispunham de acesso aos bens de consumo que proporcionavam o hábito da leitura e a cultura escrita, tais como livros, jornais e revistas. Na outra ponta, restava à grande massa de analfabetos a cultura oral e, por conseguinte, a exclusão das práticas sociais de letramento (BERTONI-RICARDO *et al.*, 2008, p. 222).

Nesse contexto, o debate público sobre questões linguísticas ficava restrito aos grupos letrados, aos chamados homens de letras, intelectuais, jornalistas, literatos, filólogos e juristas, que, em razão dos cargos que ocupavam, se dedicavam ao ensino de língua, escrevendo gramáticas, estudos filológicos e antologias. Dessa forma, as autoridades da

gramática eram aquelas que conheciam bem a gramática normativa e a literatura da língua, além de possuírem uma sólida formação humanística (SOARES, 2001, p. 02).

Para entendermos a importância desses homens de letras, é preciso nos situar historicamente. Desde meados do século XIX, deu-se início no país a um debate entorno da construção da identidade nacional que proporcionou uma série de contendas linguísticas sobre a língua portuguesa falada no Brasil (MARCONDES, 2008, p. 08-09).

Esse debate ganhou corpo nos jornais, até então os únicos veículos de comunicação de massa da época, que trataram de popularizar a discussão linguística entre as camadas médias urbanas (ARRUDA, 2010, p. 31). Como consequência, o debate sobre a língua nacional brasileira passou a ser uma pauta recorrente nos jornais e as polêmicas gramaticais, que dividiam conservadores e inovadores, tornaram-se intensas e acaloradas. Debate esse que não se arrefeceu até a segunda metade do século XX em decorrência do surgimento do movimento modernista e da reação conservadora a ele (MARCONDES, 2008, p. 08-11).

A reação conservadora às inovações linguísticas veio em grande parte através dos jornais, na forma de artigos, colunas e dos chamados "consultórios gramaticais", por meio dos quais gramáticos, filólogos e até jornalistas, bacharéis e autodidatas escreviam sobre temas de linguagem normativa, pautados na aplicação do "certo" ou "errado" em matéria de gramática, denunciando aqui e ali o estado de *corrupção* da língua por parte da população analfabeta e *ignorante* (MARCONDES, 2008, p. 26).

Exemplo disso encontramos no jornal *O Estado de São Paulo*, na coluna "Questões Vernáculas", de 4 de fevereiro de 1940, escrita pelo professor Napoleão Mendes de Almeida. O gramático começa a sua coluna respondendo a um consulente que lhe havia enviado o que seria um problema no uso do acento indicador de crase em um busto localizado no centro da Capital Paulista. A resposta do professor vem em tom agressivo e virulento, afirmando que *Erros desse quilate nem em pocilga deveriam aparecer*. A tese levantada pelo professor era a de que erros desse tipo se espalhariam pela cidade porque os avisos eram corrigidos pelos próprios populares, motivo pelo qual *num é uma vírgula que falta, noutra é uma vírgula que sobeja*.

O professor Napoleão Mendes de Almeida é considerado ainda hoje um dos mais importantes gramáticos da Língua Portuguesa do século XX. Autor de duas gramáticas (*Gramática Metódica da Língua Portuguesa* e *Gramática Latina*), escreveu por mais de quarenta e cinco anos a coluna "Questões Vernáculas", no jornal *O Estado de São Paulo*, por meio da qual divulgava as suas ideias conservadoras em matéria de língua e por meio da qual

também reagia de forma agressiva às inovações teóricas de seu tempo (BORGES, 2008, p. 40).

Em matéria intitulada "Em defesa da gramática e da língua", veiculada no *Estado de São Paulo* de 26 de junho de 1981, o periódico paulista fez uma matéria em que exalta as qualidades do professor e a defesa do magistério tradicional, como também destacava a sua ascensão dentro do jornal, no qual começou escrever quando ainda tinha 25 anos de idade depois de impressionar o redator-chefe do *Estadão* com a qualidade de seus artigos.



Fig. 4-O *Estado de São Paulo*, 26 jun. 1981: **Em defesa da gramática e da língua**. Fonte: Acervo Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19810626-32603-nac-0019-999-19-not/busca/Napole%C3%A3o+Mendes+Almeida>. Acesso em: 23 de março 2021.

Na entrevista, Napoleão se dizia *pessimista* com o rumo que o ensino de língua portuguesa vinha tomando no país, afirmando que nem mesmo os próprios professores de Português estariam dando atenção à gramática, mas *ensinando os alunos a criar ódio* dela. A escolha do título da matéria não acontece de forma despropositada e serve para ilustrar como a mídia, e mais especificamente a mídia impressa, contribuiu, e ainda contribui, para a consolidação/manutenção da ideologia da Gramática Tradicional e, por conseguinte, de atitudes que promovem o preconceito linguístico (BAGNO, 2005, p. 30).

Em Recife, uma figura de destaque na imprensa local em defesa do purismo linguístico foi historiador e jornalista Mário Melo. Ao longo da primeira metade do século XX, foi bastante assíduo na imprensa pernambucana escrevendo artigos sobre os mais diferentes assuntos, com destaque para geografia, economia, História do Brasil e linguística (CAVALCANTI, 2017, p. 22).

As posições linguísticas do historiador Mário Melo eram, com frequência, repercutidas por outras autoridades gramaticais, que reforçavam os discursos do professor e mencionavam seus esforços em favor do idioma nacional. Na coluna "No Mundo da Grammatica", de 29 de janeiro de 1954, em o *Jornal Pequeno*, o professor Dilson Meira exaltava as *incontáveis vitórias* por ele conquistadas no que se refere à *grafia de palavras*,

erros de concordância, de regência e, até, de pontuação em cartazes e letreiros afixados em casas comerciais ou logradouros públicos.

Como exemplo dessas *incontáveis vitórias*, o professor citava a denúncia que Mário Melo havia feito de um erro na grafia da palavra "cozinha" em um letreiro luminoso da cidade. A confusão entre "Z" e "S" levou o dono do letreiro a escrever "cosinha" com "S", o que prontamente foi motivo de execração pública por parte do historiador num dos jornais da capital. O dono do referido anúncio, *para a satisfação do purista*, corrigiu a grafia da palavra. Dilson Meira prossegue afirmando que nem mesmo a Prefeitura ou a Câmara de Vereadores escapavam das críticas *impiedosas do velho homem de jornal*.

As referências elogiosas ao purismo de Mário Melo eram compartilhadas pelos leitores dos jornais que acompanhavam seus textos, como pudemos encontrar em uma carta de um leitor dirigida ao *Jornal Pequeno*, em 3 de março de 1931, publicada pelo periódico com o título "Anúncios horripilantes", em que o leitor não poupa elogios ao historiador, afirmando que Melo tem censurado *com justa razão, anúncios ou reclamos errados*. Segundo Cavalcanti (2017), as opiniões de Mário Melo eram bastante valorizadas pelos leitores a ponto de conferir ao historiador a autoridade suficiente para fazer as suas *anotações* nas primeiras páginas dos jornais nos quais escrevia (CAVALCANTI, 2017, p. 117).

Influenciado pelo pensamento positivista e metódico, Mário Melo esboçava uma visão maniqueísta da língua, hierarquizando-a e polarizando-a em certo e errado, como verificamos neste fragmento de "Estudos filológicos", de 18 de junho de 1910, em o *Jornal Pequeno*:

Ex. 3: E os que erradamente escrevem, como veremos, são os que mais me acoimam de ignorante, porque rompendo com os preconceitos, tive e tenho a audácia – hoje só um pouco limitada – de desprezar os erros alheios, para enveredar por um caminho mais curto e mais certo (MELO, 1910, p. 2).

Marcondes (2008) afirma que as autoridades gramaticais faziam uso do discurso autoritário e contundente com o intuito de se afirmarem como autoridades no assunto diante de seus interlocutores, como também para aumentar a credibilidade daquilo que defendiam (MARCONDES, 2008, p. 43). Neste sentido, era bastante comum que os fenômenos linguísticos ficassem sujeitos às interpretações pessoais dos linguistas ou dos filólogos, como também a serviço de finalidades político-ideológicas (BAGNO, 2005, p. 71).

Outro personagem que muito escreveu sobre temas relacionados à língua foi o escritor modernista Menotti del Picchia. Com os pseudônimos Hélios e Aristófanes, escreveu crônicas diárias sobre os mais diversos assuntos no jornal *Correio Paulistano*. Na descrição

que faz desse personagem, Castro (2005) afirma que Menotti se autodenominava “futurista” e “moderno”, mas, na prática, revelava uma herança "parnasosimbolista" pelo seu estilo beletista, fazendo questão de mostrar sua erudição citando deuses gregos e heróis da tradição clássica. Como modernista, foi um escritor militante e ardoroso defensor de um estilo nacional para as artes brasileiras (CASTRO, 2005, p. 79).

Contudo, as posições modernistas que Menotti dizia defender não coadunavam com as suas posições conservadoras no que diz respeito à língua, como podemos ver em sua "Chronica Social", de 25 de novembro de 1922, no jornal *Correio Paulista*, na qual, assinando com o pseudônimo Hélios, tece comentários agressivos sobre a qualidade ortográfica dos anúncios dos filmes nacionais, afirmando que *Operários ignorantes, boçaes, traduzem e fabricam letreiros num cassange lamentável, num calão baixo que pede látigos e palmatórias*.

A respeito dessa incoerência, Oliveira (2009) afirma que o movimento modernista pregava a ideia de uma "língua brasileira" para, a partir dela, descrever os fenômenos da linguagem pelo ângulo das massas populares, todavia, as marcas de bem falar e escrever, características dos aspectos conservadores da língua, permaneceram nas produções e nos discursos desses escritores (OLIVEIRA, 2009, p. 05).

Na contramão das autoridades gramaticais que defendiam o purismo linguístico, o escritor pernambucano Gilberto Freyre, em artigo publicado na primeira página do *Diário de Pernambuco*, em 21 de outubro de 1923, chamava a atenção para a obsessão da correção gramatical dos brasileiros e dos autoproclamados *Messias* defensores da língua, numa clara alusão às autoridades linguísticas daquele momento. Segundo Freyre,

Ex. 4: Haverá povo que tenha mais que o brasileiro a obsessão da Grammatica? Duvido. A Ordem Grammatical nos inquieta muito mais que a Ordem Constitucional e mesmo a Pública. O purismo grammatical nos preocupa muito mais do que a pureza do leite ou da manteiga. E qualquer dia desses vae ahi apparecer novo Messias de fraque, berrando que a salvação da Pátria está [...] no Rumo á Grammatica[...] (FREYRE, 1923, p.1).

Como demonstramos até aqui, a primeira metade do século XX foi marcada pelo "reinado dos puristas", expressão usada por Pimentel Pinto (1981 *apud* MANOLIO, 2018) para se referir ao período que se iniciou no fim do século XIX e teria perdurado até o começo do movimento modernista, no qual os escritores, os jornalistas e todos os homens de letras teriam assumido o lugar de "guardiões" da língua contra as marcas da fala popular na escrita e na fala (PIMENTEL PINTO, 1981, p. 37 *apud* MANOLIO, 2018, p. 75-76).

Como mostram alguns exemplos aqui, esse período do "reinado dos puristas" foi mais adiante e perdurou simultaneamente aos movimentos de renovação dos estudos

linguísticos como forma de reação conservadora, tendo a frente dele personalidades das mais diferentes áreas do saber que se colocavam como autoridades em matéria de língua portuguesa nos principais jornais do Brasil para defender a conservação linguística e condenar a variação popular.

6. AS CONCEPÇÕES DE LÍNGUA E DE ENSINO VEICULADAS PELAS AUTORIDADES DO IDIOMA NOS JORNAIS

Os jornais foram os principais meios de transmissão e de imposição da língua padrão, nos quais se assentaram as polêmicas intelectuais que se popularizaram entre as camadas médias urbanas a partir de 1880. Por meio deles, os grupos letrados protagonizaram as contendas gramaticais e literárias e promoveram as suas ideias a respeito da língua, contribuindo para a representação de um ideal de língua padrão nacional (ARRUDA, 2010, p.31-35).

Desse modo, os grupos socialmente privilegiados e possuidores de cultura letrada passaram a exercer grande influência sobre a escola, impondo as suas exigências culturais nas disciplinas curriculares, em especial sobre o ensino de Português que, praticamente, se manteve inalterado até os anos 40 do século XX (SOARES, 1996, p.162).

Embora se tenha muito debatido uma possível língua brasileira, ainda em meados do século XIX, nada foi feito para se alterar o *statu quo* do ensino de gramática que, na prática, continuou privilegiando a norma-padrão clássica e lusitana da língua portuguesa (SOARES, 1996, p. 162). Afinal, não era do interesse das classes dominantes alterar o modelo linguístico socialmente aceito, pautado na tradição lusitana, porque isso implicaria perda de soberania cultural das elites culturais adquiridas através da educação erudita (LEITE, 2006 *apud* CARLOS, 2019, p. 27).

Analisando os jornais desse período, observamos, quando a questão linguística era posta em discussão na imprensa, uma forte tendência de percepção da língua como um modelo consolidado e arraigado no normativismo e no gramatiquismo (GOMES, 2016, p. 67). Como podemos ver nesse exemplo extraído do jornal *Diario de Pernambuco*, de 04 de dezembro de 1949, na coluna "Respeite-se a língua", assinada pelo professor A. Nader:

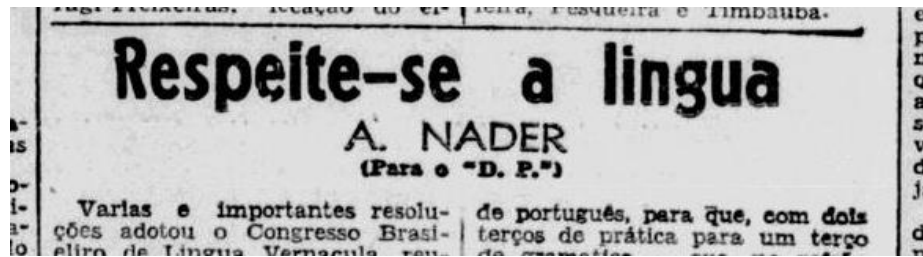


Fig. 5-Diário de Pernambuco, 04 dez. 1949:Respeite-se a língua.Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_12&pasta=ano%20194&pesq=Respeite-se%20a%20l%C3%ADngua&pagfis=36675. Acesso em: 20 de março 2021.

No texto, o professor defende a necessidade de criar uma *cruzada de professores e de homens de letras* a favor da *regeneração e recuperação* da língua portuguesa, uma espécie de *reabilitação do vernáculo* e um *movimento de intolerância com o solecismo, as idiotices da linguagem, os letreiros em cassange*. No mesmo jornal, em 10 de janeiro de 1949, no artigo "Panorama dos dias atuais", José Lourenço, articulista frequente nas páginas desse jornal escrevendo sobre temas linguísticos, chega a afirmar que *um povo que não ama e não cultiva com especial carinho sua língua não é digno de ser chamado civilizado*.

Tanto Nader quanto Lourenço comungam da ideia de que a língua portuguesa no Brasil caminhava para a *ruína* ou *decadência* em razão do mal uso que os brasileiros que não dominam a língua padrão faziam dela na fala e na escrita. Esse tipo de pensamento não era incomum, já que ao longo dos séculos os defensores da concepção tradicional tentaram isolar a língua em uma redoma na tentativa de preservá-la *pura* e livre de qualquer contaminação do povo *ignorante e incivilizado*. (BAGNO, 2001, p.73).

A preservação da língua do passado contrastava com o desprezo da língua do presente. Esta última em estado de *decadência* e de *ruína* por influência da língua falada, comumente vista como caótica, confusa e descuidada. No *Jornal do Brasil* de 30 de outubro de 1942, encontramos uma notícia com o título "Gírias e outros atentados do mau linguajar", em que fica evidente uma concepção de língua que dicotomiza língua oral e língua escrita. O jornal afirmava que no Brasil a corrupção da linguagem atingiu grande dimensão por causa da *invasão das gírias e porque cada um experimenta escrever tudo o que diz espontaneamente, em conversa, na vida de todo dia*.

Essa noção de erro, própria da gramática tradicional, condiciona a língua a uma "camisa de força" a partir do momento que despreza a presença de marcas da língua falada no texto escrito. A fala é vista como um "cartão de visita" do falante da língua e, por assim ser, escancara para o mundo a condição social dos seus usuários e, por consequência, o seu estado

de *civilizado* ou *não civilizado*. Sendo assim, os defensores da língua se empenhavam em limpar da escrita qualquer marca de língua falada (BARBOSA, 2003, p.55-56). Nem mesmo a fala dos falantes urbanos escolarizados ficava imune às exigências de correção gramatical da norma-padrão (BAGNO, 2001, p. 81).

Em artigo publicado no *Diario de Pernambuco*, em 16 de junho de 1938, com o título "Falar e escrever corretamente", o jornalista pernambucano Austregésilo de Athayde afirmava que, entre as demais disciplinas do curso secundário, a matéria de Português era a que mais lhe parecia *estar em decadência* por causa da *ignorância do vernáculo*, alegando que os brasileiros, dos quais muitos que ocupavam cargos públicos, *Não sabem o português e Escrevem mal e falam pior*. Na opinião de Athayde, os *homens de grande responsabilidade* que cometem *erros de concordancia ou prosodia ou se equivoquem no sentido das palavras* não eram dignos dos cargos que ocupam.

Em "Atentados contra a linguagem", no *Correio da Manhã*, de 12 de setembro de 1945, o jornal afirmava que há um empenho de *menosprezar* o idioma falado e escrito e que hoje em dia *os jovens têm grande dificuldade de saber o certo e o correto* nas expressões que usam porque *vêm e ouvem outros usarem no mesmo meio*. Como reação, o jornal afirmava que iria reiniciar um movimento cultural intenso no sentido de *tôda a nossa gente, ao menos, falar e escrever direitinho a língua*.

Houais (1985 *apud* SOARES, 1996) afirma que uma característica da política linguística adotada no Brasil desde 1820 até 1920 foi um ensino que preconizava uma modalidade única de gramática e uma luta ferrenha contra qualquer tipo de variação, inclusive no âmbito da pronúncia (HOUAIS, 1985, p. 25-26 *apud* SOARES, 1996, p.162). Essa concepção de língua homogênea baseada somente na gramática prescritiva era frequentemente externalizada pelos jornalistas, gramáticos e demais homens de letras, que vão demonstrar uma visão limitada dos fenômenos linguísticos e conseqüentemente do português falado entre os diferentes estratos da população (PIRES, 2009, p. 39).

Como exemplo disso, em "Estudos Filológicos", no *Diario de Pernambuco*, no dia 20 de julho de 1937, vemos Jeronymo Gueiros conclamando uma *reação salvadora da pureza da linguagem contra a ação deletéria da anarchia*. Na opinião do professor, a iniciativa seria uma *reação natural* contra as *influências migratórias* e as conseqüências dos vários fatores *mesológicos na vastidão imensa do território nacional*. Desse posicionamento, percebemos que os estrangeirismos eram vistos como tão perigosos quanto as variedades regionais e mereciam o mesmo tratamento desprezível por parte dos defensores do purismo linguísticos (GERALDI, 2011, p. 43).

Bagno (2001) defende que, ao classificarem as mudanças linguísticas como ruína ou decadência, os fundadores da disciplina gramatical cometeram um "pecado original" a partir do qual emanariam todos os preconceitos linguísticos, entre os quais o que cristalizou a ideia de que existe "erro" na língua e que tão *amargos frutos* deixou como legado para os séculos seguintes (BAGNO, 2001, p. 73).

Por consequência, como aponta Geraldí (2011), os defensores da tradição gramatical elegeram as manifestações escritas dos grandes clássicos como modelos de moralidade e de bom uso da língua e categorizaram como "mau uso da linguagem" o que não se enquadrava no modelo de escrita dos escritores consagrados (GERALDI, 2001, p. 42-43).

Em uma reportagem de capa com a manchete "Também os do Alto Claudicam", *A Gazeta* de São Paulo, de 23 de março de 1927, deixava bem nítida essa preocupação ao denunciar os erros *incontáveis* dos letrados oficiais da cidade. O empenho do jornal em escancarar os erros ortográficos da administração pública teria como propósito comprovar que os *horrores na língua de Padre Vieira* não eram cometidos apenas pelo *seu Nagib da loja de fazendas*.



Fig. 6-A *Gazeta*, 23 mar. 1927: **Também os do Alto Claudicam**. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível

em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=763900&pesq=orthographia%20%20letrados&pagfis=36887>. Acesso em: 14 de março 2021. Acesso em: 14 de março 2021.

Em virtude dessa concepção tradicional, por mais de dois mil anos os estudos da língua permaneceram concentrados na linguagem literária e na observação da escrita e das construções gramaticais usadas pelos grandes escritores (KURODA, 2020, p. 32). Como resultado, o ensino de leitura se voltou exclusivamente para os fatores ligados à análise linguística, privilegiando as unidades da palavra, da frase e do período.

Clementino Braga, escrevendo sobre a formação literária de Ruy Barbosa no *Jornal do Brasil*, de 05 de novembro de 1949, reforçava essa concepção ao defender que a

gramática era *uma arte que se aprende na prática pelo manejo de língua e pela convivência com os que falam e escrevem corretamente*, na opinião dele os escritores clássicos.

Renato de Alencar, em artigo intitulado "Traições da Língua Portuguesa", publicado no *Jornal Pequeno*, de 21 de outubro de 1921, defendia a necessidade de todo aquele que se dedicasse à língua pátria ter ao menos uma *sofrível biblioteca* de autores clássicos. Na opinião do articulista, os clássicos são *as testas de ferro* para a defesa de todos os erros de uma língua *misteriosa e traidora*. Segundo ele, *estar com os clássicos é estar com os mestres; estar com os mestres é estar livre de erros*.

A partir dos exemplos coletados de jornais em diferentes momentos da primeira metade do século XX, pudemos constatar que eles foram um dos principais veículos de divulgação e de promoção da concepção tradicional de língua até então vigente, reforçando o discurso de homogeneização da língua, canalizando as principais vozes da reação conservadora contra as mudanças no ensino de língua e combatendo as variações linguísticas na fala e na escrita provenientes de grupos ou de indivíduos com pouca escolaridade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da reflexão que tecemos aqui, foi-nos possível observar que a denúncia pública dos desvios da norma-padrão por meio dos jornais era uma prática muito comum e generalizada na primeira metade do século XX.

A cobertura noticiosa em relação à expressão escrita das classes pouco letradas era desproporcional e recebia uma carga analítica negativa por parte dos jornais analisados, nos quais identificamos o caráter incisivo da linguagem através do largo emprego de adjetivações insultuosas, do uso de citações para mostrar erudição e autoridade por parte dos enunciadores e do uso de perguntas retóricas com função persuasiva ou, em muitos casos, meramente irônica ou sarcástica (GOMES, 2007, p. 162-165).

Na sequência, quando discorremos sobre as concepções de língua que embasavam os discursos das principais autoridades da gramática que escreviam nesses jornais, pudemos observar que a concepção tradicional, beletrista e apoiada na gramática tradicional era a base desses enunciados puristas em relação à língua, tendo em vista que esses homens de letras (gramáticos, filólogos, professores, jornalistas etc.) não consideravam uma concepção de língua e de ensino para além da gramática tradicional, não enxergam a língua como heterogênea e, além do mais, faziam juízos valorativos sobre a realidade sociocultural dos

usuários da língua e, em consequência dela, das variedades linguísticas identificadas na expressão escrita das classes populares (FERREIRA, 2009, p. 27-28).

Ademais, identificamos que a relação jornais+autoridades gramaticais+Estado formava uma tríade normativista que exercia uma vigilância institucional sobre a língua escrita das classes populares, tendo por base questões não linguísticas, mas intimamente ligadas "a questões sociais, morais e políticas que forjavam determinados regimes de verdade sobre a língua" (BORBA e LOPES, 2018, p. 254). Em decorrência desse tipo de vigilância, os jornais agiam como fiscais da língua exigindo do Estado uma ação efetiva da *polícia da língua* contra os *assassinos da gramática* por meio da censura de textos e do pagamento de multas.

Esta pesquisa evidentemente deixa algumas lacunas que podem ser aprofundadas em trabalhos futuros, como, por exemplo, a necessidade de aprofundar a contribuição da falta de padronização da língua escrita para os recorrentes desvios de ortografia encontrados nos textos produzidos pelas camadas populares e até mesmo em textos produzidos pelos agentes públicos (os chamados anúncios oficiais), tendo em vista que o problema da falta de uma ortografia fixa só viria a ser resolvido depois de muitas idas e vindas em 1943 com a Convenção Ortográfica celebrada entre o Brasil e Portugal.

Esperamos que o presente artigo contribua para a tomada de posição de todos aqueles envolvidos no ensino de Língua, estudantes, professores e demais interessados, em relação à necessidade de aprofundar o olhar questionador sobre a relação, nem sempre coerente, entre jornalismo e ensino de língua.

Examinar criticamente a cobertura de temas relacionados ao ensino de língua nos jornais se faz necessário hoje mais do que nunca, pois a experiência do passado tem-nos ensinado que a mídia, por causa da sua intervenção mediadora, contribui para a "exacerbação dos diferendos" (RODRIGUES, 2002, p. 224-227 *apud* GOMES, 2007, p. 99) na proporção em que cria conflitos e realça diferenças entre os atores envolvidos no ensino de língua, geralmente tomando a defesa dos defensores do prescritivismo gramatical e depreciando os linguistas profissionais que defendem uma concepção de ensino de língua que reconhece a variedade linguística como um eixo de prática pedagógica (BAGNO, 2001, p. 78).

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Mariléa Giacomini. **A polêmica gramatical entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro sobre a redação do Projeto do Código Civil**. Dissertação (Mestrado em

Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/14642>. Acesso em: 11 mai. 2021.

AZEREDO, José Carlos de. A quem cabe ensinar leitura e a escrita? In: PAULIUKONIS, Maria A. Lino & GAVAZZI, Sigrid (Orgs.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro, Lucerna, 2005: p. 30-42.

BAGNO, Marco. Norma linguística & preconceito social: questões de terminologia. **Veredas — Revista de Estudos Linguísticos**, Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 71-83, 2001. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/cap063.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2021.

_____. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 38. ed. São Paulo: Loyola, 2005. [52. ed., 2009]. Disponível em: https://professorjailton.com.br/novo/biblioteca/preconceito_linguistico_marcos_bagno.pdf. Acesso em: 02 abr. 2021.

BARBOSA, Gutemberg Magalhães Oldack. **O erro em Língua Portuguesa - Uma questão de atitudes**. Feira de Santana, nº 29, p.51-57, julho/dezembro, 2003. Disponível em: http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/29/o_erro_em_lingua_portuguesa.pdf. Acesso em: 17 abr. 2021.

BESSA, Jaqueline Alves Gonçalves. **Interpretações passiva ou impessoal do pronome “se”**: uma contribuição para os revisores de textos. 44 f. 2016. Monografia (Especialização em Revisão de Textos) – Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/11575/1/51102445.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BORGES, Elaine Ferreira do Vale. Conhecimento, compreensão e competência nos estudos da língua (gem). In: **Revista Escrita**, Número 13. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=18665@1>. Acesso em: 02 mai. 2021.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris; SILVA, Maria da Guia Taveiro; CAXANGÁ, Maria do Rosário Rocha; LINS, Marli Vieira. **Raízes sociolinguísticas do analfabetismo no Brasil**. Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa (USP), v. 04, p. 215-234, 2008. Disponível em: [file:///C:/Users/A219324/Downloads/11496-Texto%20do%20artigo-14370-1-10-20120513%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/A219324/Downloads/11496-Texto%20do%20artigo-14370-1-10-20120513%20(2).pdf). Acesso em: 13 abr. 2021.

BUZEN, Clecio; MEDEIROS, Rejane R. Almeida. O ensino de gramática na Primeira República (1889-1930): uma análise da gramática expositiva, de Eduardo Carlos Pereira. **Linha D'Água (Online)**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 119-141, jun. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/112385>. Acesso em: 23 abr. 2021.

CARLOS, Soraia Regiane. **Ensino de Língua Portuguesa na Escola Normal de São Paulo (1880-1899)**: orientações positivistas no campo pedagógico. Guarulhos (SP), 2019. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/59973>. Acesso em: 08 mai. 2021.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de. Entre a cópia, a importação e a originalidade: artes (e arquitetura) na década de 20, por intermédio das crônicas de Menotti del Picchia (1892-1977)

e Mario de Andrade (1893-1945). **Revista Pós FAUUSP**, nº 18 (dezembro), p. 76-92, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/issue/view/3577>. Acesso em: 10 mai. 2021.

CAVALCANTI, Amanda Alves Miranda. **Cadê Mário Melo: Um historiador do IAHG** pelas ruas do Recife. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/pos-graduacao/ppgh/dissertacao_amanda-cavalcanti. Acesso em: 09 mai. 2021.

COELHO, Luana Carvalho. **Oralidade presente na escrita de alunos do II ano do Ensino Fundamental**. Anais do SIELP. Volume 2, Número 1. Uberlândia, 2012. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/07/volume_2_artigo_179.pdf. Acesso em: 09 mai. 2021.

FERREIRA, Auda Valéria do Nascimento. **A abordagem das variedades linguísticas: uma experiência em sala de aula e no orkut com alunos do ensino médio**. Maceió, 2009. Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/pub/Auda%20Valeria%20do%20Nascimento%20Ferreira.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

FREYRE, Gilberto. 27. **Diário de Pernambuco**, Recife, 21 de outubro de 1923. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_10&pasta=ano%20192&pesq=obsess%C3%A3o%20da%20Grammatica&pagfis=10276. Acesso em: 22 mar. 2021.

GERALDI, João Wanderley. Concepções de linguagem e ensino de português. In: _____. **O texto em sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997. p. 01-07. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/74935019/geraldi-concepcoes-de-linguagem-e-ensino-de-portugues>. Acesso em: 03 mai. 2021.

_____. **O texto na sala de aula**. Edição 4. São Paulo: Ática, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5388957/mod_resource/content/1/GERALDI%20Jo%C3%A3o%20Wanderley.%20et%20al.%20%28orgs.%29.%20O%20texto%20na%20sala%20de%20aula.%203.%20ed.%20S%C3%A3o%20Paulo%20%20C%28%201tica%20C%201999.%20pdf. Acesso em: 09 mai. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GÓES, José Cristian. **Marcos na história do jornalismo sensacionalista: a construção de uma estratégia mercadológica na imprensa**. IX Encontro Nacional de História da Mídia, 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/marcos-na-historia-do-jornalismo-sensacionalista-a-construcao-de-uma-estrategia-mercadologica-na-imprensa>. Acesso em: 14 abr. 2021.

GOMES, Marcela de Lima. **As noções do termo erro para os Estudos Linguísticos e suas implicações ao ensino de Língua Portuguesa**. Santarém, 2016. Disponível em: http://www.ufopa.edu.br/ppge/images/dissertacoes/turma_2015/marcela_de_lima_gomes.pdf. Acesso em: 13 mai. 2021.

GOMES, Valéria Severina. **Traços de mudanças e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido**. 2007. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível

em:https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7563/1/arquivo7512_1.pdf. Acesso em: 08 abr. 2021.

KURODA, Matheus Seiji Bazaglia. **O trabalho docente com gramática tradicional no Ensino Fundamental II**. Assis, 2020. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/192476/kuroda_msb_me_assis.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 15 mai. 2021.

MALDONADO, Renatta Isabelly; SOUZA, Sara Nicacia de; STRIQUER, Marilúcia dos Santos Domingos. A carta do leitor como objeto de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa. **Revista A margem**, v. 14, p. 296-305, 2018. Disponível em: http://periodicos.ileel.ufu.br/index.php/amargem/article/view/229/pdf_52. Acesso em: 29 abr. 2021.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2021.

MANOLIO, Adriana. **O purismo na virada do século XIX para o XX: a polêmica linguística sobre a redação do Código Civil de 1916**. 2018. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/21776>. Acesso em: 03 abr. 2021.

MARCONDES, Iara Lucia. **Os consultórios gramaticais: um estudo de preconceito e intolerância linguísticos**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-25092008-112643/pt-br.php>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MAZARIN, Larissa Cristina de Campos. **Identificação de estratégias de intervenção para alunos com disortografia**. Lins (SP), 2014. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/57409.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.

MELO, Mário. Estudos filológicos. **Jornal Pequeno**, Recife, 18 de junho de 1910. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&Pesq=MARIO%20MEL%20rompendo%20com%20os%20preconceitos&pagfis=11917>. Acesso em: 23 mar. 2021.

OLIVEIRA, Giezi Alves de. A sociolinguística e o modernismo no Brasil – aspectos variantes da língua. In: **Semana de Humanidades**, 17., 2009, Natal. Anais [...]. Natal: CCHLA-UFRN, 2009. Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/shXVII/Anais/GT13/13.11.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2021.

PIRES, Cibelia Renata da Silva. As múltiplas faces da linguagem: variedades linguísticas em confronto. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**. Volume VIII Número XXIX Abr-Jun, p. 35-45, 2009. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/reihm/article/view/511>. Acesso em: 23 abr. 2021.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.

SENE, Marcus Garcia de. **Os desvios ortográficos em redações do Ensino Fundamental II: descrição, análise e atitudes linguísticas dos professores.** Araraquara (SP), 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/153166>. Acesso em: 23 abr. 2021.

SOARES, Magda. Português na escola: história de uma disciplina curricular. Materiais escolares: história e sentidos. **Revista de Educação AEC.** Brasília, vol. 25, nº 101, out/dez., 1996.

_____. Que professor de Português queremos formar? **Boletim da ABRALIN** – Associação Brasileira de Linguística. Brasília, n. 25, ago. 2001. Disponível em: <https://vdocuments.site/que-professor-de-portugues-queremos-formar.html>. Acesso em: 10 mai. 2021.

SOUSA, Daniele Cristina de. O Positivismo de Auguste Comte e a educação científica no cenário brasileiro. **Revista REAMEC**, Cuiabá (MT), v. 8, n. 1, p. 29-42, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/reamec/article/view/9493>. Acesso em: 13 abr. 2021.

STRIQUER, Marilúcia dos Santos Domingos; SOUZA, Sara Nicacia de. Ogênero textual Carta do leitor sob a perspectiva do interacionismo sociodiscursivo. **Textura - Revista de Educação e Letras**, Canoas (RS), p. 64 - 84, 10 jan. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/4978>. Acesso em: 25 abr. 2021.

TEIXEIRA, Fernanda Caroline. **O ensino de Língua Portuguesa nas séries iniciais: análise de uma prática pedagógica.** Campinas (SP), 2011.

VALE, Alfredina Rosa Oliveira do. **A grafia em placas e letreiros: uma descrição do português popular escrito contemporâneo.** Campina Grande (PB), 1999. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/2007/1/AlfredinaRosaOliveiraDoVale.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

VIEIRA, Raquel Peixoto Ferreira. **Historiografia-Linguística dos métodos de estudos sobre aférese no Brasil.** (Doutorado em Linguística) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/156/o/tese_Raquel_Peixoto_Ferreira_Vieira_leitura.pdf. Acesso em: 30 jun. 2021.

VILELA-ARDENGI, Ana Carolina Nunes da Cunha. **Minha pátria é minha língua: língua e identidade nacional.** Dissertação (Mestrado em Linguística Letras e Artes) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15514>. Acesso em: 12 mai. 2021.